

Nacionalismo e instituições educacionais em um olhar analítico: um estudo de caso em Ilhéus (Bahia) – 1919-1930

Cíntia Borges de Almeida* 

Universidade Estadual de Santa Cruz

Raquel Freire Bonfim* 

Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo

Este artigo objetiva propor reflexões a respeito da influência histórica das ideologias nacionalistas sobre a educação, através do debate recente em torno dessa relação e de um estudo de caso: uma instituição educacional informal, o Grêmio Olavo Bilac, fundado na cidade de Ilhéus (Bahia). Para a compreensão dos fenômenos, adotamos a abordagem de tratamento quali-quantitativa, apoiada pela base metodológica do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. No estudo de caso histórico, utilizamos como fontes, principalmente, a imprensa periódica regional do início do século XX, disponível em acervos físicos e digitais. Os resultados indicam que as estratégias de uso das mídias comunicacionais, a proximidade com os sujeitos da educação e a ideia de uma pátria idílica, contraditoriamente, orientada para uma retórica de guerra, assemelham o nacionalismo de ontem e hoje. Por outro lado, o ideal do papel do Estado na responsabilidade pela escolarização pública e a definição partidária da defesa nacionalista são pontos distintos entre os dois projetos de sociedade.

Palavras-chave: Nationalism; History of Education; Brazil Republic

Submetido: 10/04/2025

Aceito: 08/12/2025

* Doutora em Educação (UERJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED e do Portal do Bicentenário). Pesquisa financiada pela PROPP/UESC. E-mail: cbalmeida@uesc.br.

* Mestre em Educação (UESC). Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED. Pesquisa financiada pela PROPP/UESC. E-mail: raquelfreire31@gmail.com.

Nationalism and educational institutions from an analytical perspective: a case study in Ilhéus (Bahia) – 1919-1930

Cíntia Borges de Almeida 

Universidade Estadual de Santa Cruz

Raquel Freire Bonfim 

Universidade Estadual de Santa Cruz

Abstract

This article aims to propose reflections on the historical influence of nationalist ideologies on education, through the recent debate surrounding this relation and a case study: an informal educational institution, Grêmio Olavo Bilac, founded in the city of Ilhéus (Bahia). To understand the phenomena, we adopted a qualitative-quantitative approach, and a methodological basis derived from Carlo Ginzburg's evidentiary paradigm. In the historical case study, we used as sources, mainly, the regional periodical press from the beginning of the 20th century, available in physical and digital collections. The results indicate that the strategies of use of communication media, the proximity to the subjects of education and the idea of an idyllic homeland, contradictorily oriented towards a rhetoric of war, resemble the nationalism of yesterday and today. On the other hand, the ideal of the role of the State in the responsibility for public schooling and the partisan definition of nationalism defense are distinct points between the two societal projects.

Keywords: Nationalism; History of Education; Brazil Republic.

Nacionalismo y instituciones educativas en una perspectiva analítica: un estudio de caso en Ilhéus (Bahia) – 1919-1930

Cíntia Borges de Almeida 

Universidade Estadual de Santa Cruz

Raquel Freire Bonfim 

Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumen

Este artículo intenta proponer reflexiones sobre la influencia histórica de las ideologías nacionalistas sobre la educación, a través del debate reciente en torno a esta relación y de un estudio de caso: una institución educativa informal, Grêmio Olavo Bilac, fundado en la ciudad de Ilhéus (Bahia). Para comprender los fenómenos, adoptamos un enfoque cualitativo-cuantitativo, apoyado en la base metodológica del paradigma evidencial de Carlo Ginzburg. En el estudio de caso histórico, utilizamos como fuente, principalmente, la prensa periódica regional desde principios del siglo XX, disponible en colecciones físicas y digitales. Los resultados indican que las estrategias de uso de los medios de comunicación, la proximidad a los sujetos de educación y la idea de una patria idílica, contradictoriamente, guiada por una retórica de guerra, se parecen al nacionalismo de ayer y de hoy. Por otro lado, el ideal del papel del Estado en la responsabilidad de la educación pública y la definición partidista de la defensa nacionalista son puntos distintos entre los dos proyectos sociales.

Palabras clave: Nacionalismo; Historia de la Educación; Republica de Brasil.

Introdução¹

As pesquisas recentes sobre a produção em História da Educação, com foco na história local e regional² demonstram que o tema instituições escolares ocupa um lugar importante na agenda de investigações da área. Lia Fialho, Francisca de Sousa e Vitória Freire (2020)³, em pesquisa sobre os periódicos da área de educação do Norte e do Nordeste, aqueles mais bem indexados, que acolhem estudos histórico-educacionais, apontam haver uma concentração nas temáticas atinentes à legislação e processos educativos (normalmente, as reformas de ensino), assim como formação docente, história do tempo presente e instituições educacionais.

Embora o tema instituições apareça por último na lista das autoras, o fato de ser citado decorre de ter alcançado número suficiente de ocorrências para ser quantificado. Se utilizarmos, na região nordeste, um recorte geográfico menor e uma visão mais aproximada, as instituições escolares despontam como tema privilegiado dos trabalhos acadêmicos baianos, conforme a professora Antonieta Miguel e o professor José Augusto Luz (2023), que examinam a produção das últimas duas décadas, em capítulo de livro recente.

Os pesquisadores mencionados consideram como medidas para os seus achados, teses e dissertações, mas, sobretudo, livros e os trabalhos apresentados no Grupo de Discussão (GD) História da Educação, proposto desde 2015, no evento estadual da Associação Nacional de História (ANPUH – Bahia). Incluindo estudos, cujo recorte espacial de investigação fosse esse estado, concluem que “As temáticas que dominam as pesquisas [...] em História da Educação revelam a escolha por temas considerados clássicos como *Instituições Escolares* [...]. Observa-se também um crescente interesse pelas [...] *trajetórias de professores*”.⁴

Nesse mesmo texto, os autores agrupam seus resultados em dois gráficos: um, referente aos trabalhos do GD da ANPUH; outro, baseado nos temas de pesquisa que dominaram a pós-graduação. Essas imagens nos permitem ver que somente 8% dos estudos se dedicam às

¹ Este artigo é parte das investigações desenvolvidas no âmbito de projeto de mestrado.

² BEZERRA, A. C. D. R.; BORGES, A.; PINHEIRO, M. C. O. Grande Sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 29–58, 2021. Os estudos “locais” são escalas de análise que se sustentam “em profícuo diálogo com os debates, problemas e pautas da escrita acadêmica e para ela também apresentam necessidades de reelaboração de fronteiras, perspectivas, acervos e narradores” (Bezerra; Borges; Pinheiro, 2021, p.33).

³ A categoria Tempo Presente, neste artigo, não nos pareceu bem esclarecida. As autoras colocam, por exemplo, um artigo sobre o pedagogo Justiniano de Mello e Silva e a difusão de suas ideias no Oitocentos, como pertencente a esse grupo. Acreditamos que o método escolhido para chegar aos dados – a análise de conteúdo – possa ter influenciado nesses desvios. Apesar disso, os outros resultados são consistentes e a investigação, do tipo estado da arte, se faz importante para termos ideia do cenário atual de pesquisas histórico-educacionais.

⁴ MIGUEL; LUZ, 2023, p. 44. Os grifos da citação são dos autores.

ideologias, no primeiro caso. No gráfico 2, não há a repetição dessa categoria, mas algumas outras designações podem se relacionar com esse tipo de questão: processo civilizatório (aproximadamente, 2%) e ideias pedagógicas (3%), por exemplo.

Com vista à pesquisa histórica sobre instituições educacionais, a análise das ideologias que circundam e orientam sua existência em nossas sociedades, é imprescindível, contudo, minoritário no campo como objeto de estudo central (aparece transversalmente em quase todas, sem ser destrinchado separadamente como problema condutor). Aqui, elaboramos duas elucidações. Primeiramente, partilhamos com a professora Antonieta Miguel e o professor José Augusto Luz, o entendimento de que os estudos sobre ideologias são aqueles “que investigam formas de pensamentos em disputa no processo de construção da educação republicana”.⁵ Em segundo lugar, empregamos o termo “instituições educacionais” propositalmente e não enquanto sinônimo de instituição escolar.

Ampliadamente e contextualizado com os processos educativos transcorridos durante o século XX (que incluem uma série de iniciativas difusas para educar as populações, paralela a um sistema de ensino ainda não generalizado, mas em processo de massificação), essas agências podem ser entendidas como espaços de educabilidade compostas por grupos organizados. Isso significa, dotadas de estrutura estável e com objetivos de formação dos sujeitos⁶, desde que suas ações estejam relacionadas “com as políticas educacionais, com as práticas educativas – formais e informais – debatida[s] por intelectuais engajados em diferentes estâncias sociais: políticos, professores, jornalistas, escritores, religiosos, artistas, etc.”.⁷

Acreditamos que “a análise histórica, neste sentido, permite observar ambiências contemporâneas relativas à educação a partir de um olhar privilegiado”.⁸ Esse processo se faz evidente em nosso objeto de estudo – a influência das ideologias nacionalistas no pensamento educacional – visto que, atualmente, vivemos processos de fascistização da sociedade brasileira, enquanto um projeto político da extrema-direita, apoiado em uma ideologia heterogênea, na qual se combinam, além do falso discurso da ameaça comunista, “a veneração

⁵ MIGUEL; LUZ, 2023, p. 42, nota 12.

⁶ GATTI JUNIOR, D.; OLIVEIRA, L. H. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 73-76, 2002. Estamos ampliando o que os autores propõem.

⁷ ALMEIDA, C. B.; SANTOS, L. P. B. Apresentação do dossiê temático. Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista – BA, v. 16, n. 38, p. 13-19, jan./mar. 2020. A citação está na página 13.

⁸ ALMEIDA; SANTOS, 2020, p. 13.

da violência, o *nacionalismo* emerso ao autoritarismo e ao conservadorismo e a politização do preconceito em suas diferentes vertentes, como o racismo e o machismo”.⁹

Os tópicos discursivos afetam a educação pública, desde a vigilância ilegal sobre professores, acusados de doutrinadores esquerdistas, até projetos que se tornam política pública, contrariando o princípio da educação democrática, a exemplo, a militarização das instituições de ensino localizadas em comunidades com vulnerabilidade social, que passam a ser chamadas de cívico-militares.

Para a compreensão dos fenômenos mencionados, adotamos a abordagem de tratamento quali-quantitativa¹⁰, considerando a convergência de ambas como alternativa a ser seguida nas ciências humanas, superando sobreposições e dicotomias¹¹. Em uma perspectiva histórica, tomando como cerne de nossas análises, tal como sinalizava Marc Bloch, reforçado por Carlo Ginzburg, “a lacuna [existente] entre a resiliência das palavras e sua mudança de significado”¹², é essencial distinguir os usos concretizados no passado, daqueles em vigência no presente para palavras como civismo, patriotismo e nacionalismo.

O exercício teórico-metodológico realizado exige o entendimento de que a distância cultural que leva ao estranhamento e às tentativas de compreender está dada pela relação entre nosso tempo e o tempo dos sujeitos que observamos; pelas nossas categorias “éticas” (ideologias nacionalistas, em nosso caso) e as categorias “êmicas” dos observadores-protagonistas (civismo/patriotismo). Ainda, pelo modo de interpretação – nosso caminho metodológico – fundamentado em pistas, detalhes, produtos de uma realidade particular, que confrontados e reunidos remetem a um todo. Isso quer dizer “os pontos específicos que, [...] podem fornecer as sementes para um programa de pesquisa detalhado com um potencial generalizante – em outras palavras, um caso”.¹³

Com base nesses pressupostos, o objetivo deste artigo é propor reflexões sobre a influência das ideologias nacionalistas no debate público sobre a educação na Bahia, nomeadamente, na cidade de Ilhéus, nas décadas iniciais dos novecentos, através da imprensa periódica e da ação de uma instituição educativa informal, o Grêmio Olavo Bilac (1919-1930). Para tanto, foram recolhidas, categorizadas e interpretadas as fontes disponíveis no Centro de

⁹ BARBOZA, D. A violência organizada e institucionalizada nas estruturas de poder: processos de fascistização no Brasil da Era Bolsonaro. *Revista Ágora*, Vitória – ES, v. 33, n. 2, p. 1-34, 2022. p. 7. O grifo é nosso.

¹⁰ A abordagem especificada foi amplamente difundida e analisada por Minayo (2001).

¹¹ Análises estabelecidas por Souza e Kerbauy (2017).

¹² GINZBURG, C. Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 7-26, jan./jun. 2021. p. 8.

¹³ GINZBURG, 2021, p. 21.

Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC), no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB).

Os resultados alcançados por essa operação estão divididos, a seguir, em três tópicos: o primeiro, traz alguns pontos em torno da discussão recente sobre nacionalismo; o segundo, apresenta o estudo de caso, com base nos documentos históricos; por fim, as considerações finais trazem reflexões sobre as contiguidades e diferenças entre o funcionamento do nacionalismo no início do século XX e sua reascensão, no presente.

A discussão recente sobre nacionalismo: extrema direita, civismo e o projeto educativo republicano

Em 2021, a editora brasileira Boitempo disponibilizou ao público a tradução de um livro, relançado três anos antes na França. Entre esses marcos, o contexto francês apresentava os desafios do avanço da extrema-direita e seus discursos conservadores, tanto quanto o nosso, lidavam com problemas parecidos. A obra em questão era *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*, coletânea de textos de Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein. Vista como uma “forma histórica” do estado capitalista, para Balibar, “a ideologia nacional comporta incontestavelmente significantes ideais [...] pelos quais podem ser transferidos o sentimento do sagrado, os afetos [...], [o] temor [...], mas a transferência somente ocorre porque se trata de *outro tipo* de comunidade”.¹⁴ Quer dizer, trata-se de uma comunidade inscrita em um projeto secular (ao invés de religioso), cuja extensão é muito maior do que as coletividades primárias, onde a lealdade seria prestada ao Estado, apesar da intenção de formação de uma entidade fictícia (o “povo”). Consiste em uma fabricação que indica e incentiva um senso de comunidade natural, onde o que há, verdadeiramente, é uma construção histórico-cultural oriundo da confluência de interesses políticos que remetem à edificação do estado moderno, tendo por fim primordial a contenção da luta de classes em fronteiras determinadas.¹⁵

¹⁴ BALIBAR, E. A forma nação: história e ideologia. In: BALIBAR, E.; WALLERNSTEIN, I. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 129-150. p. 139. Os grifos são nossos. Não concordamos com o autor naquilo que se refere ao seu conceito de racismo de classe, havendo uma tentativa de afirmar a primazia de um tipo de opressão – a econômica – sobre todas as outras. Nos inclinamos, de acordo com as evidências fornecidas por análises apuradas da realidade social feitas por outros estudiosos, a crer no imbricamento entre as diversas formas de subalternização dos sujeitos dentro do capitalismo. Nesse sentido, vale a pena o contato com o conhecido conceito de interseccionalidade: AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. A autora apresenta como o conceito foi forjado e realiza algumas críticas.

¹⁵ BALIBAR, 2021. A ideia de senso de comunidade natural atrelada às formulações nacionalistas é esboçada, classicamente, por Benedict Anderson, que também a relaciona ao desenvolvimento do capitalismo. Ver: ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. A insistência da função de contenção dos conflitos de classes, inerente às ideologias

Para que os mitos nacionalistas se tornem efetivos e funcionem como projeção introspectiva e coletiva, é necessário acionar meios de convencimento, capazes de forjar identidades, bem como pertencimentos a partir dessa referência. Nessa tarefa, combinam-se “‘força’ e [...] ‘educação’ [...] que [...] permite[m] ao Estado fabricar a consciência popular”.¹⁶

Entretanto, se esse permanece sendo o centro da eficácia do nacionalismo, como discurso político, é certo que o estado nacional hodierno já se encontra consolidado e as formulações nacionalistas passaram por uma série de críticas que permitiram a reelaboração das identidades a partir de outros tópicos. Geralmente, partem das contestações dos movimentos sociais, expositores das profundas contradições desse imaginário, além das exclusões e violências geradas por ele. Diante das transformações citadas, então, a força de manipulação de massas contida no trabalho político realizado com as ideologias nacionalistas é retomada para uma contraofensiva neoconservadora. Essa contraofensiva é direcionada também (talvez, principalmente), para a educação pública.

No ano de 2019, Lillian do Valle, cuja proposta de vinculação entre o imaginário nacionalista e o projeto educativo republicano remonta ao final da década de noventa, publicou um artigo onde refazia, analiticamente, as características desse processo no início do século XX, comparando-as com o seu ressurgimento no século XXI. A autora conclui que “o nacionalismo [brasileiro atual] reencena uma antiga aliança que se manteve, no país, entre uma moral ultraconservadora e um liberalismo econômico *à la carte*”.¹⁷ A diferença, entretanto, está em algumas implicações que merecem ser ressaltadas.

No passado, a defesa republicana do estado-nação se fez em contraposição à concepção monarquista e em defesa de uma modernização. Cabia inspirar alguma generalização dos direitos políticos básicos, entre os quais, a educação, defendida por alguns dos principais intelectuais nacionalistas, como responsabilidade do Estado¹⁸. Trazia implicações junto à pressão exercida pelos sujeitos via associações de trabalhadores, associações de bairro e outros grupos sociais subalternizados. De fato, a defesa de um estado-nação educador acabou por resultar em uma crescente intervenção estatal no setor, permitindo sua difusão.

Os grupos políticos brasileiros contemporâneos, identificados por uma retórica nacionalista, põem em circulação e efetivam projetos baseados no princípio contrário. Ao invés

nacionalistas e a categoria de “etnicidade fictícia” como designadora da elaboração do conceito de povo, são, por sua vez, de Balibar.

¹⁶ BALIBAR, 2021, p. 139.

¹⁷ VALLE, L. Educação, nacionalismo, cosmopolitismo: por uma escola pública cosmopolita. *Education Policy Analysis Archives*, Arizona – EUA, v. 27, n. 148, p. 1-19, nov. 2019. p. 2.

¹⁸ VALLE, 2019.

do investimento progressivo do Estado como responsável pela educação, defendem a retração da responsabilidade pública na garantia desse direito. Também, apostam em uma receita de “obscurantismo intelectual” que reduz o papel da escola como instituição relevante para o acesso e a produção do saber responsável¹⁹, muitas vezes (o que é o mais grave), apoiados por parcelas da população que são as principais prejudicadas nesse concerto.

Há quinze anos, a pesquisa criteriosa de Rosa Fátima de Souza²⁰, fundamentada na longa duração, argumenta sobre as instituições escolares desde o final do século XIX até a década de setenta do século XX. Como parte dos esforços de pesquisa alcançados, sinaliza-se que, apesar de mudarem, significativamente, os métodos, materiais e práticas escolares, além da estrutura de organização do ensino via uma série de reformas, elas mantiveram um largo compromisso com a “educação cívica”. A expressão, de uso corrente por nós, manifesta a ocorrência de um fenômeno político mais abrangente e pode ser interpretada, analiticamente, via ferramentas das ciências humanas e sociais, pela categoria ideologias nacionalistas. Conforme a autora:

Em que pesem as particularidades nacionais e locais, o processo de universalização da escolarização, configurado a partir da segunda metade do século XIX, apresentou muitos aspectos de abrangência global [...]: a obrigatoriedade escolar, a responsabilidade estatal pela educação, a secularização do ensino e da moral, a formação da cidadania, *a educação popular concebida como um projeto de integração ideológica e política, a nação e a pátria como componentes imprescindíveis da cultura escolar.*²¹

O estudo mencionado indica, ainda, que uma “dessacralização do político” nas políticas educacionais e da cultura escolar vai se estruturando, somente, a partir da década de 1950, para se consolidar nos estertores da Ditadura Militar²². Podemos compreender que os fatos passíveis de comprovação demonstram o inverso do que afirmam os atuais grupos nacionalistas: a partir da década de 1970, o que ocorreu foi uma permanente reafirmação do princípio da construção democrática do saber, onde a inculcação ideológica baseada na difusão de uma ideia de civismo foi sendo dissolvida. Ainda, proporcionou um espaço de ensino-aprendizagem comprometido com fins mais próximos ao que se entende como educação plural, capaz de ser um espaço de discussão aberto às diversas matrizes de pensamento. A defesa de uma falaciosa “escola

¹⁹ VALLE, 2019, p. 8.

²⁰ SOUZA, R. F. *Alicerces da Pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2009.

²¹ SOUZA, 2009, p. 73-74, nossos grifos.

²² SOUZA, 2009, p. 369.

neutra”²³, deste modo, esconde o retorno a um projeto de formação social. Durante mais de um século, pautou-se pela reificação do nacionalismo – justamente, uma ideologia. Em outras palavras, os grupos mencionados visam instaurar aquilo que dizem combater (a doutrinação).

Nesse sentido, é relevante sublinhar o que nos parece ser a diferença fundamental entre as pesquisas do início dos anos 2000 e as recentes retomadas do tema: a disposição para, sem desconsiderar os processos de escolarização, tomar as iniciativas e discursos produzidos em outras instâncias – a imprensa, os grupos da sociedade civil, etc. – defensoras da ideologia nacionalista como objeto de análise.

A disposição mencionada, talvez, tenha raiz na percepção de que as instituições escolares – e então estamos sempre retornando ao ponto de partida – absorvem esses discursos e colaboram com a fixação de algumas práticas simbólicas a eles relacionadas. Ao mesmo tempo, em um efeito refletor, são enxergadas pelas lentes das concepções educacionais disseminadas em um debate público com a presença dos intelectuais desse viés político. Essas instituições, externas ao cotidiano da escola, fabricam concepções sobre a educação e infletem sobre a formação dos professores, as ideias de pais e alunos, bem como é não menos importante, sobre a proposição das políticas públicas educacionais. Sua ação é decisiva em nossa sociedade, tanto quanto foi em um período-chave das formulações nacionalistas para o projeto republicano de educação: a Primeira República.

De modo que os nossos problemas do presente influem em nossos mergulhos ao passado e não sendo a nossa intenção ocultar a permanente tensão entre “nossas perguntas e as respostas que obtemos das evidências [...], embora as evidências possam modificar nossas perguntas iniciais”²⁴, percebemos que equacionar o problema do conservadorismo na educação (em sua forma nacionalista), exige ampliar o olhar, através da história, para as instituições educacionais não-escolares.

Diante de um partejar crítico-reflexivo, dialogamos com um conceito amplo de formação, defendido por Carlos Vieira²⁵. Em seu estudo sobre a Associação Brasileira de Educação (ABE), “entendemos formação, seja esta promovida por agentes públicos ou

²³ Vale lembrar que esse não é um conceito novo e desde fins do século XIX, aparece no debate pedagógico. A diferença é que, no lugar onde se situava a discussão da escola neutra no período, a defesa da escola laica era uma constante, além da ideia de neutralidade ter um sentido bastante diferente do que se formula em nossos dias. Essa relação, no mínimo, curiosa, de mudança radical no significado de uma mesma expressão suscita muitas questões. Por falta de espaço e por não ser o nosso objetivo debatê-la, nos limitaremos a esse breve comentário.

²⁴ GINZBURG, 2021, p. 17.

²⁵ VIEIRA, Carlos Eduardo. Independência, democracia e formação no discurso da Associação Brasileira de Educação: 1927-1945. *Revista História da Educação*, Maringá – PR, v. 25, publicação contínua, p. 1-31, 2021.

privados, em ambientes escolares ou não escolares, como a ação de uma pedagogia social que visou forjar na população brasileira o espírito cívico-patriótico”.²⁶

Essa tendência, embora não seja preponderante, possui um espaço nas pesquisas da área de História da Educação. Como indício, vejamos o levantamento realizado na plataforma virtual Periódicos Capes, durante os meses de agosto e setembro de 2023. Na busca, utilizamos o método de pesquisa por palavras-chave, iniciando a expressão pelo termo educação, somado com o operador booleano AND, às palavras nacionalismo, civismo, patriotismo. No caso de resultados nulos, usava-se também “educação cívica” como fio condutor.

A seleção dos estudos ocorria mediante a leitura dos resumos e introduções, para análise da pertinência ao tema; ato contínuo, observa-se o recorte temporal da investigação: sendo o nosso objeto de estudo instituições criadas durante a Primeira República, excluimos as publicações que se dedicavam a períodos da história brasileira diferentes desse. Separamos, então, aqueles que haviam sido publicados no último lustro, até aquele momento, excluindo um arquivo que não se tratava de produção especializada, mas, sim, de uma fonte histórica – o Regulamento da Escola Normal de Goiás, de 1926. O quadro 1 sintetiza os resultados, dispostos em ordem alfabética do sobrenome dos autores.

Quadro 1 – Publicações sobre nacionalismo e educação no Portal Periódicos CAPES

	Referência
1	ALMEIDA, C.B; SILVA, M. C. Em resgate da <i>honra</i> , dos <i>valores familiares</i> e do <i>fortalecimento da Nação</i> : Liga da Defesa Nacional. <i>Revista Práxis Educacional</i> , Vitória da Conquista – BA, v. 16, n. 38, p. 112-139, jan./mar. 2020.
2	ARAUJO, F.; NEVES, B. Planos de aula de uma professora primária: ideias, métodos e materiais didáticos nos idos de 1922. <i>Educação em Revista</i> , Belo Horizonte, v. 36, publicação contínua, p. 1-14, 2020.
3	BAPTISTA, E.; AFONSO, J. A. Escola e festa cívica - aproximações num contexto rural português (Avintes, Vila Nova de Gaia) entre 1890 e 1920. <i>EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação</i> , Porto Velho - RO, v. 7, n. 17, p. 969-997, 2020.
4	BICA, A.; OLIVEIRA, M. A. As representações dos símbolos pátrios nas escolas do Rio Grande do Sul na Primeira República. <i>Educação em Foco</i> , Belo Horizonte - MG, v. 25, n. 46, pp. 104-132, mai./ago. 2022
5	CAMOZZATO, N. Mário de Andrade: a “língua brasileira”, a oralidade e a racialidade. <i>Revista Trama</i> , Marechal Cândido Rondon - PR, v. 16, n. 37, p. 112-124, 2020
6	COELHO, M. Mariana Cavalleiro de Macedo: trajetória de uma normalista modelo. <i>Fronteiras & Debates</i> , Macapá, v. 5, n. 1, p. 75-88, jan./jun. 2018
7	CUNHA, L. A. Intervenientes político-ideológicos na educação brasileira: análise das duas disciplinas mais controversas nos currículos escolares entre duas comemorações (1922-2022). <i>Ciência & Cultura</i> , São Paulo, v. 74, n. 3, p. 1-9, jul./set. 2022
8	ELÍAS, R.; FERNÁNDEZ, M. La educación cívica en el contexto latinoamericano: el caso de Chile y los textos de urbanidad (sec. XIX). <i>Quinto Sol - Revista de História</i> , Santa Rosa - La Pampa (Argentina), v. 25, n. 2, p. 1-21, may./ago. 2021
9	FAVARO, N. Concepção político-pedagógica de Sampaio Dória (1883-1964) e a democratização da escola pública. <i>Revista Imagens da Educação</i> , Maringá-PR, v. 11, n. 1, p. 57-81, jan./mar. 2021
10	FERBER, L.; SILVA, C. Educar para o “são patriotismo”: o ensino de história e a educação primária

²⁶ VIEIRA, 2021, p. 3.

	Referência
	catarinense nas décadas de 1910-1930. <i>Fronteiras: Revista Catarinense de História</i> , Florianópolis - SC, n. 25, pp. 103-117, jun. 2018
11	FERRONATO, C.; MARTINELLI, L.; MACHADO, M. C. A literatura infantil republicana: a formação moral e cívica das crianças brasileiras (1889-1930). <i>Revista Teoria e Prática da Educação</i> , Maringá-PR, v. 21, n. 1, p. 43-52, jan./abr. 2018
12	GABRIEL, S. M.; PINTO JUNIOR, A. Lições de moral e civismo no ensino de história: a formação do cidadão ideal na visão do professor Mello e Souza. <i>História e Cultura</i> , Franca - SP, v. 10, n. 1, p. 369-391, jul. 2021
13	GALAK, E. La institucionalización del oficio de pedagogizar los cuerpos: el nacimiento de la formación profesional en Educación Física en Argentina (1897-1912). <i>Revista História da Educação</i> , Porto Alegre, v. 23, publicação contínua, p. 1-29, 2019
14	GATTI, G. C.; GATTI JUNIOR, D. As representações na imprensa de práticas cívico-patrióticas em instituições escolares de Minas Gerais (Brasil) na primeira metade do século XX. <i>HISTEDBr Online</i> , Campinas - SP, v. 18, n. 1[75], p. 29-42, jan./mar. 2018
15	HAYDN, A.; GONÇALVES, M. “A cruz de Cristo” nas fábricas e nas escolas: Amélia de Rezende Martins e a Ação Social Brasileira. <i>Revista Diálogos Educacionais</i> , Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1465-1483, out./dez. 2019
16	LOPES, M. A.; FRANÇA, S. Os poemas e os hinos escolares no ensino primário paraense: difundindo o sentimento republicano (1904-1905). <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i> , Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1402-1425, abr./jun. 2022
17	MATHIESON, L. O recenseamento escolar de 1920 na imprensa paulista: uma campanha cívica de combate ao analfabetismo. <i>Educação e Pesquisa</i> , São Paulo, v. 44, publicação contínua, p. 1-20, 2018
18	NAWROSKI, A. A educação rural em Portugal - entre a aldeia e a escola. <i>PerCursos</i> , Florianópolis v. 20, n. 43, p. 195-214, 2019
19	NOGUEIRA, S. M. Nacionalismo nas obras do português Mário Duarte de Vasconcelos e do brasileiro João Ribeiro na década de 1920. <i>Verbum - Cadernos de Pós-graduação</i> , São Paulo, v. 8, n. 1, p. 40-58, abr. 2019
20	OLIVEIRA, W.; RODRIGUES, E. A instrução pública e a escola primária paranaense nas charges de O Olho da Rua. <i>Revista Diálogo Educacional</i> , Curitiba, v. 19, n. 61, p. 576-602, abr./jun. 2019
21	PERES, E.; ARRIADA, E.; PEREIRA, L. A. A “Artinha de Leitura” de João Simões Lopes Neto (1907): um projeto para o ensino da leitura e da escrita. <i>Revista Brasileira de História da Educação</i> , Maringá-PR, v. 18, publicação contínua, p. 1-29, 2018
22	SANTOS, E.; FELGUEIRAS, M.; FERRONATO, C. Educação musical escolar em Portugal: a disciplina canto coral na Primeira República (1910-1926). <i>Historia de la Educación</i> , Salamanca - Portugal, v. 39, n. 1, p. 357-372, 2020
23	SANTOS, M. F. “Assim se faz história, assim deve ser ensinada”: Manoel Bomfim e a instrução histórica no ensino primário (1899-1930). <i>Anos 90</i> , Porto Alegre, v. 28, publicação contínua, p. 1-21, 2021
24	SEGABINAZI, D.; SILVA, A.; OLIVEIRA, V. Os livros de leitura e as ilustrações no Brasil do entresséculos. <i>Em Aberto</i> , Brasília, v. 32, n. 105, p. 145-164, mai./ago. 2019
25	SILVA, J. R.; SCHELBAUER, A. R.; MACHADO, M. C. A revista O Ensino (Paraná, 1922-1924): possibilidades interpretativas da história da educação por meio da imprensa. <i>HISTEDBr Online</i> , Campinas - SP, v. 22, publicação contínua, p. 1-13, 2022
26	SILVA, M. “Histórias da nossa terra”: sobre o projeto cívico de construção da nação brasileira por meio do impresso. <i>Revista Brasileira de História da Educação</i> , Maringá - PR, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2020
27	SOUSA, J. “Gigante da pena e da palavra”: educação piauiense no discurso <i>Instrução e Civismo</i> de Higinio Cunha (1910). <i>Inter-Ação</i> , Goiânia, v. 48, n. 1, p. 106-120, jan./abr. 2023.
28	VALLE, L. Educação, nacionalismo, cosmopolitismo: por uma escola pública cosmopolita. <i>Education Policy Analysis Archives</i> , Arizona - EUA, v. 27, n. 148, pp. 1-19, nov. 2019.

Fonte: Elaboração própria.

Uma rápida apreciação das produções selecionadas revela a influência do nacionalismo na educação como um fenômeno sincrônico, observado, além das fronteiras nacionais, em países da América Latina e da Europa (confirmam-se os artigos 3, 8, 13, 18 e 22). Influxo que se nota em diversas práticas e símbolos, na relação com as disciplinas escolares (principalmente, o ensino de história) e com o currículo, na propaganda efetuada por meio da imprensa periódica

cotidiana e pedagógica, tal qual pela elaboração de diversos intelectuais e da literatura didática e extraescolar. Despontam também os vínculos entre a difusão nacionalista e a religião, as teorias raciais, a formação docente e a criação imagética concernente à formação da nacionalidade.

Cada um desses tópicos levanta problemas próprios, mas que acabam por voltar à questão inicial de nosso estudo e respondem ao objetivo traçado para o levantamento nas linhas anteriores. Eles demonstram que a produção atual em História da Educação se preocupa em desvelar o papel desempenhado por outras instâncias sociais na efetivação de um imaginário nacionalista que se dirigia ao projeto educativo em vias de construção. Os achados também contribuem para a percepção de uma lacuna. Percebemos poucos artigos dedicados às investigações deste tipo tendo o Nordeste como recorte espacial. Nenhum, por outro lado, traz a Bahia como cenário.

É importante ressaltar, neste toante, que a justificção do Estado-nação e seus planos de educação popular se fizeram em uma dialética entre a centralização nacionalizadora e a autonomia local, especialmente, dos municípios pedagógicos.²⁷ Logo, se há lacunas na produção do conhecimento a esse respeito, não significa que as outras unidades regionais tenham deixado de vivenciar esses processos ou que sua significância tenha sido de menor monta. Antes, quer dizer que essas particularidades não foram suficientemente tratadas ou reconhecidas, de maneira que se possa situá-las nas transformações globais experimentadas em dada época. Ao mesmo tempo, não se tratou o que as idiossincrasias locais impuseram de diferenciação na colocação desses sistemas – pode-se, então, dizer que estamos tratando de uma escala de análise “glocal”.²⁸

Adotando esses direcionamentos, nos debruçamos no estudo de uma instituição educativa, criada por um grupo da sociedade civil: o Grêmio Olavo Bilac, da cidade de Ilhéus. A retórica nacionalista que essa organização e seus membros colocavam em circulação se conectava com um discurso ideológico de maior alcance do que a esfera local, ao mesmo tempo, que era impactado pelas particularidades de um município baiano que ia despontando economicamente no cenário do estado.

²⁷ MAGALHÃES, J. Municípios e História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 1, pp. 9-20, jan./abr. 2019.

²⁸ CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 57 *passim*.

A pátria pacífica, mas armada: o Grêmio Olavo Bilac de Ilhéus (1919-1930)

O Grêmio Olavo Bilac (GOB) surge em um momento da história no qual a cidade de Ilhéus começa a se destacar por sua produção de cacau e o enorme afluxo de dinheiro que começa a circular em virtude da sua exportação. Em 1904, o cacau suplanta o fumo nas exportações estaduais e começa a desempenhar um papel constante e progressivo no volume dos gêneros baianos vendidos para fora do país. Essa mudança traz transformações para o cenário regional.

O lugar aporta imigrantes, vindos em busca de melhores condições de vida; se urbaniza; busca expandir a malha da instrução pública; ganha iluminação pública, teatros e cinemas; passa a reivindicar para si uma identidade vinculada a monocultura cacaeira. Ao contrário do mito propagado pela burguesia que se consolidava a partir desta lavoura específica e das firmas exportadoras, essa economia floresceu graças ao trabalho dos braços de escravizados e seus descendentes, assim como os diversos trabalhadores que compuseram a dinâmica regional com suas iniciativas e demandas.²⁹ Paralelo à opulência, entretanto, um cenário de violência e miséria constituía, igualmente, a vida do município.

O desenvolvimento educacional, a par desse ritmo urbano, mostrou-se também paradoxal, comparado ao crescimento da economia. Segundo Flordeni Matos Freitas e Cristiane Batista dos Santos³⁰:

O desenvolvimento educacional na cidade de Ilhéus, em que pese a sua importância econômica, ainda era pouco avançado [no início do século XX]. [...]. Os investimentos municipais e estaduais eram poucos e, por esta razão, a criação de uma escola elementar, com níveis mais elevados que o primário, foi criada apenas em 1905. [...]. Ao final da década de 1920, a cidade passou a contar com 26 escolas criadas pelo poder público municipal, situada na sede e em alguns distritos.³¹

Apesar das poucas escolas, desde os princípios dos novecentos se constata uma interessante atividade da imprensa, além da existência de algumas instituições da sociedade

²⁹ FREITAS, A.; PARAISO, M. H. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001. Essa é uma obra de síntese que serve aos propósitos deste artigo. No entanto, é necessário pontuar que a historiografia regional já trilhou outros caminhos desde sua edição e possui trabalhos que se dedicam a estudar a trajetória das populações invisibilizadas e exploradas, ao invés de apenas sinalizar, brevemente, sua existência. Neste sentido, nos baseamos em: SANTOS, C. *História de africanos e seus descendentes no sul da Bahia*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022.

³⁰ FREITAS, F.; SANTOS, C. Escola Comercial de Ilhéus: notas da imprensa ilheense sobre uma instituição para funcionários do comércio. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 132-149, jan./abr. 2023.

³¹ FREITAS; SANTOS, 2023, p. 133.

civil que se propunham a preencher esse espaço público com suas ideias de formação. É dentro deste contexto e tomando o nome do poeta Olavo Bilac, figura da literatura e da política brasileira, ardoroso defensor de um nacionalismo militarista e criador da Liga de Defesa Nacional³², que um grêmio ilheense, caracterizado como sociedade literária, aparece. O jornal local *O Commercio* dizia tratar-se de uma agremiação de rapazes “que diariamente trabalha pela grandeza de nossa inteligência, pela formação moral de nossa sociedade, incumbindo-se de fazer o 'povo pensar' com 'livros, livros à mão cheia’”.³³ O nome que toma para si já nos parece constituir um primeiro indício, tendo-se em vista as ideias e ações políticas de Bilac.

Logo após sua fundação, uma das primeiras ocasiões em que se pode flagrar o Grêmio ocorre em 03 de maio de 1919. A motivação era a efeméride do Descobrimento da América. Octavio Moreno, orador oficial, fica encarregado de falar sobre a data em uma sessão cívico-literária noturna.³⁴ A partir de então, a inserção das festas cívicas nos afazeres da associação será uma característica e sua relação com as escolas locais, um traço indissociável.

Um grêmio nacionalista entre festas cívicas e escolas

Em 13 de outubro de 1921, o Grêmio realiza uma festa no Cinema Central. Ritual paradigmático nos eventos cívicos, acontece, após a realização de uma palestra (“O papel da mulher na sociedade” pelo Dr. Oscar de Andrade) e da exibição de um filme (“Negra Prophecia”), um sarau de poesias e uma apoteose com a execução do Hino Nacional.³⁵ Não há informação sobre quem assiste à ocasião, além das pessoas que recitam poesias e dos oradores, bem como os sócios. No ano seguinte, ao se reunirem para discutir o modo de celebração ao 07 de setembro, decide-se adotar dois procedimentos: a) uma sessão cívica com discurso do orador oficial, Edgar Lyra; b) comissões para comparecer ao programa oficial das festas: Cyro Mendes, Pedro Ribeiro Filho e José de Abreu para a missa na igreja; Octavio Moreno, João Valença e João Salles para a sessão cívica do Grupo Escolar.³⁶ A essa altura, uma mudança importante havia acontecido: por concessão do intendente municipal, Eustáquio Bastos, o Grêmio teve cedida uma sala do Grupo Escolar da cidade para fazer funcionar nela a sua sede.³⁷ Mediante a

³² ALMEIDA; SILVA, 2020.

³³ O “OLAVO BILAC” vai fazendo os dias. *O Commercio*, Ilhéus, n. 449, 29 de setembro de 1919, p. 1. CEDOC/UESC.

³⁴ FESTIVIDADES. *Jornal de Ilhéos*, Ilhéus, n. 355, 11 de maio de 1919. CEDOC/UESC.

³⁵ GRÊMIO OLAVO BILAC. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 17, 13 de outubro de 1921, p. 2. GRÊMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 18, 14 de outubro de 1921, p. 1-2. CEDOC/UESC.

³⁶ GRÊMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 188, 31 de agosto de 1922. CEDOC/UESC.

³⁷ GRÊMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 141, 09 de maio de 1922. CEDOC/UESC.

concessão, a proximidade do Grêmio com os docentes e com as crianças em escolarização, pode-se dizer que era mesmo física.

Durante sua existência, essa não foi a única benesse concedida aos “rapazes” do Grêmio pela intendência. Em 1921, a administração de Antônio Pessoa, com autorização do Conselho Municipal, concede-lhes uma subvenção de 100\$000 (cem mil réis) como auxílio para custear o aluguel de uma casa que servisse como sede.³⁸ A partir de então, passou a funcionar na rua Conselheiro Saraiva, no centro urbano³⁹, até se mudar no ano seguinte. Em 1924, uma subvenção orçada em 1:200\$000 (um conto, duzentos mil réis) é destinada aos cofres do GOB.⁴⁰ No mesmo ano, a tipografia da associação é beneficiada com uma isenção de impostos sob a condição de publicar os assuntos que fossem do interesse da intendência no seu periódico, *O Grêmio*.⁴¹ A subvenção nos chama a atenção para o recurso que o Grêmio dispunha para produzir materiais próprios, impressos, onde circulassem seus ideais e perspectivas e, em segundo lugar, a existência de um órgão de imprensa com forma final determinada.

Ao que tudo indica, as professoras liam esse periódico e interagiam com ele. Um exemplo para nos elucidar o apontamento: estamos informados pelo *Correio de Ilhéos* que, no ano de 1925, a revista *O Grêmio* promoveu um concurso em suas páginas para eleger a senhorinha mais prendada da cidade. Eis que sua vencedora foi a professora Diva Marques, “que é de verdade a mais prendada das nossas leitoras”, asseguram os diretores do periódico ao *Correio*.⁴² Além disso, as professoras eram, corriqueiramente, as declamadoras de poesias e integrantes das comissões de senhoras das festas promovidas pelo Grêmio: Conceição Soares Lopes, Laura Gallo e a própria Diva Marques, no chá-dançante de arrecadação para soerguimento do busto de Ruy Barbosa⁴³; e a professora Amélia Filgueiras Nunes⁴⁴, do Grupo Escolar. Amélia, a propósito, seria encarregada nos anos seguintes dos exames de Geografia, História do Brasil e Instrução Moral e Cívica.⁴⁵

³⁸ ILHEUS. *Lei nº 173, de 23 de março de 1921*. Coleção de Leis e Resoluções do Município de Ilhéos. Itabuna: Typ. do Jornal de Itabuna, 1922. CEDOC/UESC (Acervo do Arquivo Público Municipal de Ilhéus).

³⁹ GREMIO OLAVO BILAC. *Correio de Ilhéos*, n. 31, 29 de outubro de 1921. CEDOC/UESC. A rua Conselheiro Saraiva se chama, atualmente, rua Antonio Lavigne de Lemos e fica no centro histórico da cidade.

⁴⁰ ILHEUS. *Lei nº 262, de 12 de junho de 1924. Orça a receita e fixa a despêsa para o exercicio de 1925*. Ilhéus, Bahia, 1925. CEDOC/UESC (Acervo do Arquivo Público Municipal de Ilhéus). A subvenção só será extinta em 1930 (ILHEUS. *Lei nº 379, de 29 de agosto de 1930*. Ilhéus, Bahia, [s.d]. CEDOC/UESC [Compilação própria em documento impresso com transcrição das leis em forma de resumo, por Stela Dalva Teixeira Silva, a quem agradecemos a gentileza de nos disponibilizar o material].

⁴¹ ILHEUS. *Lei nº 269, de 29 de setembro de 1924. Leis, Resoluções e Contractos Referentes aos annos de 1924 a 1927*. Ilhéus, Bahia, 1928. CEDOC/UESC (Acervo do Arquivo Público Municipal de Ilhéus).

⁴² CONCURSO da revista “O Gremio”. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 549, 24 de janeiro de 1925, p. 2. CEDOC/UESC.

⁴³ GREMIO Olavo Bilac. Chá dansante. *O Commercio*, Ilhéus, n. 1519, 28 de novembro de 1924, p. 1. IGHB.

⁴⁴ GREMIO OLAVO BILAC. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 18, 14 de outubro de 1921. CEDOC/UESC.

⁴⁵ INSTRUCÇÃO Publica. EDITAL. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, [s.n], 30 de outubro de 1928. CEDOC/UESC.

Além disso, havia outros agentes da educação municipal envolvidos na própria diretoria do GOB. Sigamos seus rastros. Presidente eleito em 1925, o dr. Augusto Weyll era delegado escolar do município de Ilhéus.⁴⁶ Entre as várias notícias que destacam suas visitas às escolas da cidade e dos distritos, sua presença na abertura das aulas do Grupo Escolar e de outras instituições, públicas e privadas, um aviso do ano de 1924 chama a atenção por realçar um esforço de padronização da rotina escolar e das funções que o professor público deveria cumprir. Denominada como “Aviso”, a nota assinada por Weyll relembra itens do Regulamento do Ensino de 1904. Um desses destaques, em consonância com o regimento do ensino primário da Bahia, é: “Os professores explicarão às crianças, nas vésperas dos dias de festa nacional, a razão histórica ou social do feriado, procurando sempre, como é do seu rigoroso dever (...) despertar (...) a consciência da nacionalidade”⁴⁷. Acreditando que nenhuma seleção produzida no discurso é aleatória, a seleção das alíneas feitas por Augusto Weyll, ele mesmo uma autoridade a serviço da vigilância dos docentes, nos aparece como sintoma da influência nacionalista nas concepções e práticas que se queria inserir como partes indissociáveis da tarefa de educar. Também, o regulamento já existia há mais de dez anos e, antes que ele ocupasse o cargo, não tinha sido destacado na imprensa local.

Edgar Lyra, orador oficial do Grêmio, por sua vez, quando da equiparação do Colégio Nossa Senhora da Piedade à escola normal, recebe do governo o cargo de fiscal da mesma. É sintomático que, na festa da equiparação, seja ele o responsável pelo discurso principal e se relate que a comemoração é marcada por uma cerimônia de benção às “quatro bandeiras” seguida da recitação uníssona, efetuada pelas normalistas, da “Oração” do poeta Olavo Bilac.⁴⁸ Nesse poema, espécie de prece cívica, Bilac exaltava a bandeira nacional como símbolo da história da pátria brasileira, louvando suas belezas e construindo-a como um símbolo unificador - sob ela “a enxada e o livro”.⁴⁹ Nos interessa, especialmente, a noção de Pátria que o poeta se esforça em fixar, dizendo-a amada e bendita por seu poder e afirmando o desejo de a “criar livre e forte”.⁵⁰ Nela se podem desvelar as doses de militarismo. Acreditamos ser útil citar o seu último parágrafo por completo. Para Bilac, portanto, a nação deveria ser:

pacífica, mas armada; modesta, mas digna; dadivosa para os estranhos, mas antes de tudo maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lyrica, mas escudada de

⁴⁶ DR. AUGUSTO Weyll. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 560, 19 de fevereiro de 1925. CEDOC/UESC.

⁴⁷ INSTRUÇÃO publica Municipal. AVISO. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 500, 29 de janeiro de 1924, p. 2. CEDOC/UESC.

⁴⁸ COLLEGIO N. S. DA PIEDADE. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 140, 06 de maio de 1922, p. 1. CEDOC/UESC.

⁴⁹ BILAC, O. Oração à bandeira. In: OLIVEIRA, F. B. (ed.). *Leituras Cívicas*. Belo Horizonte: Oliveira & Costa, 1920, p. 19-21 (citação na p. 20). A “Oração” é de 1915.

⁵⁰ BILAC, 1920, p. 21.

energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de exército destro e de marinha aparelhada, para assegurar e defender a nossa honra, a nossa inteligência, o nosso trabalho, a nossa justiça e a nossa paz!⁵¹

Eram esses os versos que as normalistas do colégio Nossa Senhora da Piedade recitavam em uníssono no salão do estabelecimento diante das autoridades, de convidados, sob o olhar de Edgar Lyra e a presença das crianças da Harpa Infantil, filarmônica criada pela diretoria da Escola Musical do Pontal⁵², cuja existência era exaltada na imprensa como “ingente afirmação de civismo, que está a merecer o auxílio e o amparo não só das autoridades deste Município como dos particulares”.⁵³

Dessa maneira, semelhantemente a outras instituições de mesmo cunho existentes na capital, o Grêmio Olavo Bilac tecia uma aproximação constante com o professorado e com a infância. Além deste aspecto, registrava em seus quadros a presença de professores e, ainda aqueles que não o eram pela formação inicial, acabavam por experimentar o ofício por outras vias. São exemplos deste último caso, Epaminondas Berbet de Castro e o Dr. Honorato Maltez. Ambos foram professores da instituição privada de ensino “Collegio de Cristiano Sell[m]ann”.⁵⁴ Berbet de Castro lecionava Português, segundo o anúncio, enquanto Maltez era responsável por ensinar História, Geografia, Aritmética e Álgebra. Outro reconhecido professor atuante na associação literária será Nelson Schaun. Figura destacada no município, como intelectual, colaborador da imprensa; ativo participante de diversas associações, inclusive associações de trabalhadores; e, finalmente, como professor.⁵⁵

A figura de Schaun, presidente eleito do Grêmio para o ano social de 1927-1928, pode nos conduzir ao que chamaremos de momento-ápice do processo que temos descrito. Assim o qualificamos porque reúne, em um evento, vários elementos da fixação de uma relação simbólica de inseparabilidade entre civismo e educação, na qual o valor das crianças é o de serem futuros cidadãos da República (“moralizados”, ordeiros, disciplinados e obedientes) e dos professores é o de serem os canais dessa formação. O momento-ápice ao qual gostaríamos de nos referir, deste modo, é a Semana da Educação, promovida no ano de 1928.

⁵¹ BILAC, 1920, p. 21.

⁵² HARPA Infantil 8 de dezembro. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 106, 09 de fevereiro de 1922. CEDOC/UESC. Na festa de inauguração da Harpa, estão presentes vários membros do Grêmio Olavo Bilac – seu presidente, dr. Julio de Britto; e como orador oficial da festa, Helvecio Marques, outro integrante do GOB.

⁵³ AS FESTAS do Pontal. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 108, 14 de fevereiro de 1922, p. 1. CEDOC/UESC.

⁵⁴ COLLEGIO de Cristiano Sellann. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 226, 02 de dezembro de 1922, p. 2. CEDOC/UESC.

⁵⁵ Sobre Nelson Schaun, ver: REIS, J. G. “*Nelson de ferro e de flor*”: Educação, política e associativismo na trajetória intelectual de Nelson Schaun (1901-1968). 2023. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2023.

“Plasmando espíritos e fazendo consciências”: a Semana de Educação Ilhense

A Semana da Educação foi um evento promovido no final da década de 1920, aproveitando-se do ensejo dado pelas datas comemorativas do mês de outubro. Os próprios testemunhos de época creditam a ideia e o incentivo de sua realização à Associação Brasileira de Educação (ABE), sediada no Rio de Janeiro.

“A fundação da ABE foi resultado da aproximação de intelectuais em torno de um objetivo manifesto: sensibilizar a nação para a questão educacional que, segundo a compreensão desse grupo, foi relegada pelo Estado brasileiro”, segundo Carlos Vieira.⁵⁶

Em Salvador, representantes da ABE puseram em ação uma Semana da Educação, proferindo palestras e visitando vários estabelecimentos de ensino, incentivando ainda uma programação que abrangia a visita dos estudantes às redações dos periódicos da capital e, destacada pelo jornal *Etc.*, uma conferência sobre educação e eugenia, feita pelo Dr. Magalhães Netto.⁵⁷ Isaiás Alves, no entanto, é mais preciso em sua definição dos propósitos e da origem da iniciativa. Segundo ele, foi criada nos Estados Unidos e chegou ao Brasil. O ideal era reunir os pais, os professores e os estudantes em um evento, cuja finalidade seria “conseguir pela escola a unidade moral e política do glorioso agregado de povos que o habitam [o país]”.⁵⁸

Uma correspondência direta do diretor geral da Instrução da Bahia, Anísio Teixeira, com o secretário-geral da *World Federation of Education Associations*, J. W. Crabtree, dos Estados Unidos, confirma a informação. Saindo de Salvador para Chicago, a correspondência conectava dois amigos, que haviam se conhecido quando da estadia de Anísio no país de Crabtree. Assim se expressava o baiano:

Com referência a sua carta de 11 de outubro de 1927, em que você gentilmente nos sugere fazer parte das atividades da Federação Mundial de Associações de Educação, eu tenho o prazer de lhe informar que, além da devida atenção que eu pessoalmente dei ao assunto, tanto a sua carta quanto a sua “Semana da Educação Americana” foram encaminhadas para o nosso Primeiro Congresso Nacional de Educação, sediado em Curitiba [...]. Talvez você também possa estar interessado em saber que

⁵⁶ VIEIRA, 2021, p. 7.

⁵⁷ A SEMANA DA EDUCAÇÃO. *Etc.*, Bahia, ano II, n. 46, 15 de outubro de 1928. HDB.

⁵⁸ ALVES, Isaiás. Semana da Educação. *Renascença*, Bahia, ano XIII, n. 166, set./out. de 1928, p. 1. HDB.

nós também teremos em breve um departamento da Associação Nacional de Educação para o Estado da Bahia, e espero então ter mais contato direto com você.⁵⁹

Acompanhando o ritmo dos acontecimentos (e, inferimos, incentivado pelo próprio governo estadual), o governo de Ilhéus também promove a sua Semana da Educação. Os tópicos em debate no evento nas terras do cacau oferecem um panorama interessante para os nossos propósitos.

A programação se estende do dia 10 de outubro de 1928 até o dia 16 de outubro de 1928, interrompida, algumas vezes, pelas fortes chuvas. Durante esses dias, escolas públicas e particulares se empenham na promoção de uma série de passeatas, conferências e encontros desde a manhã até à tarde. A descrição mais profusa será aquela das festas do dia 12, cuja coincidência com a comemoração do Dia das Crianças e do descobrimento da América parece ter enlevado os organizadores. Em um primeiro ato, ocorre o hasteamento da bandeira nacional em todos os colégios e repartições públicas, mas uma cerimônia específica para essa execução é projetada e ocorre no Grupo Escolar, às 09 horas. Presentes cerca de mil crianças, das várias instituições de ensino, o professor Nelson Schaun, presidente do Grêmio Olavo Bilac, fala rapidamente e o hino nacional é entoado pelas crianças. Sob o subtítulo “Deus e Pátria”, a descrição segue pela missa rezada pelo padre Celso Monteiro, assistida por docentes e estudantes. No Gymnasio Castro Alves uma sessão cívica se verifica presidida por Augusto Weyll, ainda no cargo de delegado escolar. O discurso fica por conta de Nelson Schaun, vice-diretor do estabelecimento. Para ele, ao considerar-se o fito de alcançar a grandeza da Pátria, crianças e professores até se confundiam - pois, representavam a garantia dessa conquista; entretanto, os docentes tinham, em relação a esse futuro, uma tarefa específica: “[a] elevada missão de plasmar espiritos e de fazer consciências”.⁶⁰

O segundo ato desse itinerário nos mostrará alguns aspectos complementares. O uso dos hinos pelas escolas irá além da música de Francisco Manuel da Silva. Incluirá outras canções que versam sobre personagens históricos, como o Hino a Colombo pelos discentes do Colégio Coração de Jesus e a Canção à Criança. Haverá uma valorização dos jogos escolares. No número desses jogos havia brincadeiras infantis simples e outras que demonstram a presença de uma reprodução da disciplina militar. Entre elas, a valorização da ginástica sueca armada, apresentada pelo Atheneu Fernando Caldas, em uma conjugação bastante valorizada pelo ideário do civismo em discussão.

⁵⁹ TEIXEIRA, Anísio. [Correspondência]. Destinatário: J. W. Crabtree. Bahia, 06 de março de 1928. 1 carta (2fls). FGV/CPDOC. (Tradução própria).

⁶⁰ A SEMANA da Educação. O DIA DO NOVO MUNDO E DA NOVA GERAÇÃO. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 1107, 13 de outubro de 1928, p. 1. CEDOC/UESC.

O encerramento da Semana conta com a participação do padre Antonio Monteiro, vindo da capital. Recapitulando todos os acontecimentos do evento, ele elogia a cidade, os professores e as autoridades pela iniciativa. Convidado do delegado escolar e versado na imprensa, o representante da Arquidiocese da Bahia veicula a seguinte fórmula: valorização da escola, louvor ao patriotismo e defesa da religião cristã como base da educação pública. Torna à baila, na sua associação entre ensino e civismo, o velho mote de produzir cidadãos ordeiros. Em suas palavras, “A educação verdadeira é a aprendizagem da ob[e]diência e do sacrifício”.⁶¹

A ocorrência da Semana de Educação durante o mês de outubro só será modificada em 1930, quando será realizada em maio.⁶² Neste mesmo ano, as atividades do Grêmio Olavo Bilac de Ilhéus serão indetectáveis na imprensa, o que sugere que a associação tenha se dissolvido. Este é o mesmo período em que a subvenção da intendência, concedida para o seu funcionamento, será encerrada.

Considerações Finais

O Grêmio Olavo Bilac, fundado em Ilhéus, foi uma sociedade literária que admitia em seu quadro de membros os homens exclusivamente. Às mulheres, na maior parte professoras, a participação era reservada para a ocasião de festas ou como público leitor do seu periódico, *O Grêmio*.

Usou, portanto, a imprensa, a promoção das festas cívicas e a proximidade com os docentes para viabilizar a difusão de ideais sobre o que seria o patriotismo e a qual função a educação deveria se prestar. O fundamento político-ideológico propulsor de suas iniciativas – o nacionalismo – foi alcançado, por nós, pelos rastros deixados desde o nome que a instituição adotou, até a ação profissional e intelectual exercida por seus integrantes.

Algumas características do nacionalismo esboçado por essa instituição devem ser indicadas, permitindo-nos compará-las com as formações, suas contemporâneas e estas outras com as quais nos deparamos. Sob a estrutura do Grêmio, se encontravam membros de diferentes espectros políticos, reunidos pela crença de que alguma serventia, a ideia e as práticas cívicas deviam ter para a formação de uma identidade própria. Também, a respeito de alguns membros – Augusto Weyll, em particular – e sua simpatia pela indissociabilidade entre imaginário nacionalista e religião (católica) na confluência com a educação, não temos indícios suficientes

⁶¹ SEMANA da Educação. O término de brilhantes festas. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 1108, 16 de outubro de 1928, p. 2. CEDOC/UDESC.

⁶² SEMANA da Educação. *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, n. 1332, 08 de maio de 1930, p. 2. CEDOC/UDESC.

para afirmar que esse fosse um direcionamento oficial da agremiação. Inferimos não ser inviável estabelecer esta relação, tomando dados externos, especialmente, o contexto da década de 1920. Naquele contexto, diversas outras iniciativas semelhantes se guiaram por essa chave sacralizada de interpretação do mundo (sacralização da Igreja e sacralização do político – civismo, a religião “civil”). Em terceiro lugar, diferente de outras associações, identificadas pela retórica nacionalista, fundadas na Bahia, o Grêmio ilheense fez um uso distinto das festas cívicas. Houve um uso privado, mais restrito aos seus membros, preferindo mandar emissários seus ao programa oficial das celebrações do que responsabilizar-se por festas comemorativas completamente abertas ao público (leia-se: gratuitas, em local de livre trânsito à população). Essa distinção pode indicar uma relação diferenciada com o poder público daquela que poderíamos observar em associações cívicas parecidas em funcionamento na capital, por exemplo.

Vejamos, em outra mão, sintomas de contiguidade entre o nacionalismo presente e o passado. As instituições nacionalistas contemporâneas a nós, embora passem, publicamente, a ideia de que se sustentam sozinhas ou com ajuda, unicamente, privada, na realidade, drenam parte dos recursos públicos para o seu funcionamento e parecem não se manter sem eles. Esses recursos podem ser entendidos quer na forma de auxílio pecuniário, quer enquanto projetos de lei ou o apoio da classe política que lhes dá ganho simbólico ao referendá-las.

Outra proximidade está na preocupação central de seus dirigentes em se fazerem atuantes lado a lado com os sujeitos educacionais: os propositores de políticas, os docentes, a infância em escolarização, as autoridades do ensino. Em alguns casos, são eles próprios a se colocarem em cargos de vigilância e inspeção da rede educativa formal. Discursivamente, unifica esses dois pontos no tempo (o deles e o nosso), a ideia de uma pátria marcada por uma história idílica, sem conflitos – visão do passado que ajuda a negar os problemas ainda existentes no presente –, por um pensamento mítico e exaltador de “heróis”, marcadamente, oriundos da elite branca, e por fim, uma nação projetada em termos de guerra – “pacífica, mas armada”.

Ainda assim, há que se considerar que, outrora, o intento de conduzir um projeto de acesso generalizado à escola esteve colocado por esses nacionalistas. Conseqüentemente, a escolarização pública se fez com todos os ranços ideológicos desse imaginário (o racismo, o machismo, a ocultação e não resolução das violências). Contudo, por outro lado, acabou mesmo por se generalizar e ser colocada no debate amplo como uma responsabilidade do Estado. Generalizando-se para a população e sob a pressão dos diversos movimentos sociais, a escola tornou-se, a longo prazo, ferramenta fulcral de contestação dessas ideologias nacionalistas.

Consequente, fundamentou-se como meio indispensável para promover reparação histórica e justiça social.

Talvez, por isso mesmo, os ataques neoconservadores à educação pública, quando procuram convencer e se espalhar, buscam, justamente, esses lugares discursivos do passado (civismo, cívico-militar, patriotismo). Eles foram feitos para conter o projeto republicano de educação popular nos limites do acatamento ao *status quo*, já que havia, desde o princípio para as elites brasileiras, o risco de que o acesso aos níveis de instrução escolar tornasse as pessoas conscientes dos processos de manipulação a que estavam submetidas. Promoveu-se, em acréscimo, a dilatação das contradições entre o discurso republicano e a vida que levavam. Essas elites procuraram conformar esse princípio dentro e fora dos muros das instituições de ensino, para que aquilo que transcorresse no mundo educacional, como sinônimo de educação cívica, fosse sustentado socialmente pelo entorno. Daí a importância que viam em se organizarem em associações civis e promover atos públicos – prenes de uma pedagogia social cívica – como eram as datas comemorativas. Atualmente, o nacionalismo de extrema-direita usa estratégias similares. Investe na larga ocupação das mídias sociais digitais, para fazer com que a educação pública, a muito custo, conduza-se para a negação de uma educação democrática. Tenta retornar às suas funções políticas anteriores de contenção, entretanto, agravando a ideia liberal do passado por propugnar uma restrição (e não avanço) do compromisso estatal em garantir esse direito ao povo.

O nosso compromisso como historiadores e historiadoras é, portanto, situar esse problema, localizando as diferenças de tons e significados entre esses discursos; compreender as influências desempenhadas no debate social que formula julgamentos e expectativas para a educação pública; e, se nos for possível, congregar forças para ocupar esse espaço com concepções alternativas a essas nacionalistas – concepções fortes, passíveis de se tornarem influentes e se comunicar, efetivamente, com a massa de trabalhadores. Esse fortalecimento passa pelo diálogo com nossos pares acadêmicos, mas, para usar uma metáfora poética, também depende de que conversemos (e não estamos falando de nossos detratores políticos) com nossos “ímpares”.

Referências

Fontes

A SEMANA DA EDUCAÇÃO. *Etc.*, Bahia, ano II, n. 46, 15 de outubro de 1928. HDB. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/165573/3771>. Acesso em: 07 mai. 2024.

- A SEMANA da Educação. O dia do novo mundo e da nova geração. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 1107, 13 de outubro de 1928. CEDOC/UESC.
- ALVES, Isaías. Semana da Educação. *Renascença*, Bahia, ano XIII, n. 166, set./out. 1928, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/138614/7416>. Acesso em: 07 mai. 2024.
- BILAC, O. Oração à bandeira. In: OLIVEIRA, F. B. (ed.). *Leituras cívicas*. Belo Horizonte: Oliveira & Costa, 1920, p. 19–21. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4245>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- COLLEGIO N. S. DA PIEDADE. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 140, 06 de maio de 1922. CEDOC/UESC.
- CONCURSO da revista “O Gremio”. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 549, 24 de janeiro de 1925. CEDOC/UESC.
- DR. AUGUSTO Weyll. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 560, 19 de fevereiro de 1925. CEDOC/UESC.
- FESTIVIDADES. *Jornal de Ilhéos*, Ilhéus, n. 355, 11 de maio de 1919. CEDOC/UESC.
- GREMIO Olavo Bilac. Chá dansante. *O Commercio*, Ilhéus, n. 1519, 28 de novembro de 1924, p. 1. IGHB.
- GREMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 141, 09 de maio de 1922. CEDOC/UESC.
- GREMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 17, 13 de outubro de 1921. CEDOC/UESC.
- GREMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 18, 14 de outubro de 1921. CEDOC/UESC.
- GREMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 188, 31 de agosto de 1922. CEDOC/UESC.
- GREMIO Olavo Bilac. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 31, 29 de outubro de 1921. CEDOC/UESC.
- ILHEUS. Lei n. 173, de 23 de março de 1921. *Colleção de Leis e Resoluções do Municipio de Ilhéos*. Itabuna: Typ. do Jornal de Itabuna, 1922. CEDOC/UESC (Acervo do Arquivo Público Municipal de Ilhéus).
- ILHEUS. Lei n. 262, de 12 de junho de 1924. Orça a receita e fixa a despêsa para o exercicio de 1925. Ilhéus, Bahia, 1925. CEDOC/UESC (Acervo do Arquivo Público Municipal de Ilhéus).
- ILHEUS. Lei n. 269, de 29 de setembro de 1924. *Leis, Resoluções e Contractos Referentes aos annos de 1924 a 1927*. Ilhéus, Bahia, 1928. CEDOC/UESC (Acervo do Arquivo Público Municipal de Ilhéus).
- INSTRUCCÃO publica Municipal. Aviso. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 500, 29 de janeiro de 1924. CEDOC/UESC.
- INSTRUCCÃO Publica. Edital. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, s.n., 30 de outubro de 1928. CEDOC/UESC.
- O “OLAVO BILAC” vai fazendo os dias. *O Commercio*, Ilhéus, n. 449, 29 de setembro de 1919. CEDOC/UESC.
- SEMANA da Educação. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 1332, 08 de maio de 1930, p. 2. CEDOC/UESC.
- SEMANA da Educação. O término de brilhantes festas. *Correio de Ilhéos*, Ilhéus, n. 1108, 16 de outubro de 1928. CEDOC/UESC.

TEIXEIRA, Anísio. [Correspondência]. Destinatário: J. W. Crabtree. Bahia, 06 de março de 1928. 1 carta (2 fls.). FGV/CPDOC. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/AT_Corresp/2250. Acesso em: 07 mai. 2024.

Obras gerais

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAUJO, F.; NEVES, B. Planos de aula de uma professora primária: ideias, métodos e materiais didáticos nos idos de 1922. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, publicação contínua, p. 1–14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/n4CW45bxqsVd5XWFzRbskRF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ALMEIDA, C. B.; SANTOS, L. P. B. Apresentação do dossiê temático. Pesquisas em história da educação: desafios passados e contemporâneos. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista – BA, v. 16, n. 38, p. 13–19, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/5985/4488>. Acesso em: 14 mai. 2024.

ALMEIDA, C. B.; SILVA, M. C. Em resgate da honra, dos valores familiares e do fortalecimento da Nação: Liga da Defesa Nacional. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista – BA, v. 16, n. 38, p. 112–139, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/5991/4493>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BALIBAR, E. A forma nação: história e ideologia. In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 129–150.

BAPTISTA, E.; AFONSO, J. A. Escola e festa cívica: aproximações num contexto rural português (Avintes, Vila Nova de Gaia) entre 1890 e 1920. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho – RO, v. 7, n. 17, p. 969–997, 2020. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/77533>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BARBOZA, D. A violência organizada e institucionalizada nas estruturas de poder: processos de fascitização no Brasil da Era Bolsonaro. *Revista Ágora*, Vitória – ES, v. 33, n. 2, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/38295>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BEZERRA, A. C. D. R.; BORGES, A.; PINHEIRO, M. C. O. Grande Sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 29–58, 2021. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20799>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BICA, A.; OLIVEIRA, M. A. As representações dos símbolos pátrios nas escolas do Rio Grande do Sul na Primeira República. *Educação em Foco*, Belo Horizonte – MG, v. 25, n. 46, p. 104–132, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6538>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CAMOZZATO, N. Mário de Andrade: a “língua brasileira”, a oralidade e a racialidade. *Revista Trama*, Marechal Cândido Rondon – PR, v. 16, n. 37, p. 112–124, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/23813>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, M. Mariana Cavalleiro de Macedo: trajetória de uma normalista modelo. *Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 5, n. 1, p. 75–88, jan./jun. 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/332103052_Mariana_Cavalleiro_de_Macedo_trajetoria_de_uma_normalista_modelo. Acesso em: 16 ago. 2023.

CUNHA, L. A. Intervenientes político-ideológicos na educação brasileira: análise das duas disciplinas mais controversas nos currículos escolares entre duas comemorações (1922–2022). *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 74, n. 3, p. 1–9, jul./set. 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000300004. Acesso em: 16 ago. 2023.

ELÍAS, R.; FERNÁNDEZ, M. La educación cívica en el contexto latinoamericano: el caso de Chile y los textos de urbanidad (sec. XIX). *Quinto Sol – Revista de História*, Santa Rosa – La Pampa (Argentina), v. 25, n. 2, p. 1–21, may./ago. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/231/23170781001/23170781001.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FAVARO, N. Concepção político-pedagógica de Sampaio Dória (1883–1964) e a democratização da escola pública. *Revista Imagens da Educação*, Maringá – PR, v. 11, n. 1, p. 57–81, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/46465>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERBER, L.; SILVA, C. Educar para o “são patriotismo”: o ensino de história e a educação primária catarinense nas décadas de 1910–1930. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis – SC, n. 25, p. 103–117, jun. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336951377_Educar_para_o_sao_patriotismo. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERRONATO, C.; MARTINELLI, L.; MACHADO, M. C. A literatura infantil republicana: a formação moral e cívica das crianças brasileiras (1889–1930). *Revista Teoria e Prática da Educação*, Maringá – PR, v. 21, n. 1, p. 43–52, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45193>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FIALHO, L.; SOUSA, F.; FREIRE, V. Pesquisas em história da educação publicadas por periódicos do Norte e Nordeste do Brasil. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista – BA, v. 16, n. 40, p. 382–403, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6904>. Acesso em: 05 dez. 2024.

FREITAS, A.; PARAISO, M. H. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534–1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

FREITAS, F.; SANTOS, C. Escola Comercial de Ilhéus: notas da imprensa ilheense sobre uma instituição para funcionários do comércio. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 132–149, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74976>. Acesso em: 24 set. 2023.

GABRIEL, S. M.; PINTO JUNIOR, A. Lições de moral e civismo no ensino de história: a formação do cidadão ideal na visão do professor Mello e Souza. *História e Cultura*, Franca – SP, v. 10, n. 1, p. 369–391, jul. 2021. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3199>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GALAK, E. La institucionalización del oficio de pedagogizar los cuerpos: el nacimiento de la formación profesional en Educación Física en Argentina (1897–1912). *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 23, publicação contínua, p. 1–29, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/b6pJP8NJ5WmLQ9cVxs3WMtQ/?lang=es>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GATTI JUNIOR, D.; OLIVEIRA, L. H. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 73–76, 2002. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310/302>. Acesso em: 06 nov. 2024.

GATTI, G. C.; GATTI JUNIOR, D. As representações na imprensa de práticas cívico-patrióticas em instituições escolares de Minas Gerais (Brasil) na primeira metade do século XX. *HISTEDBR Online*, Campinas – SP, v. 18, n. 1[75], p. 29–42, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651600>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GINZBURG, C. Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 7–26, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/61847>. Acesso em: 19 nov. 2024.

HAYDN, A.; GONÇALVES, M. “A cruz de Cristo” nas fábricas e nas escolas: Amélia de Rezende Martins e a Ação Social Brasileira. *Revista Diálogos Educacionais*, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1465–1483, out./dez. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2019000401465&script=sci_abstract. Acesso em: 24 ago. 2023.

LOPES, M. A.; FRANÇA, S. Os poemas e os hinos escolares no ensino primário paraense: difundindo o sentimento republicano (1904–1905). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1402–1425, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15824>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MAGALHÃES, J. Municípios e história da educação. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9–20, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MATHIESON, L. O recenseamento escolar de 1920 na imprensa paulista: uma campanha cívica de combate ao analfabetismo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, publicação contínua, p. 1–20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dD8wJ36QSGzSwZcjFwNQnJD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MIGUEL, A.; LUZ, J. A. O campo da história da educação na Bahia: os caminhos dos pesquisadores nos últimos 20 anos (2000–2020). In: MIGUEL, A.; LUZ, J. A.; LIMA, S. (orgs.). *Sujeitos, culturas e instituições na educação*. Curitiba: Appris, 2023, cap. 1, p. 29–48.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAWROSKI, A. A educação rural em Portugal: entre a aldeia e a escola. *PerCursos*, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 195–214, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620422019195>. Acesso em: 24 ago. 2023.

NOGUEIRA, S. M. Nacionalismo nas obras do português Mário Duarte de Vasconcelos e do brasileiro João Ribeiro na década de 1920. *Verbum – Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 40–58, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/download/42096/28233/120572>. Acesso em: 25 ago. 2023.

OLIVEIRA, W.; RODRIGUES, E. A instrução pública e a escola primária paranaense nas charges de O Olho da Rua. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 19, n. 61, p. 576–602, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24904>. Acesso em: 24 ago. 2023.

- PERES, E.; ARRIADA, E.; PEREIRA, L. A. A “Artinha de Leitura” de João Simões Lopes Neto (1907): um projeto para o ensino da leitura e da escrita. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá – PR, v. 18, publicação contínua, p. 1–29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/8Wk9FJHgzv3CtjCXbzBcNnF/>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- REIS, J. G. “Nelson de ferro e de flor”: educação, política e associativismo na trajetória intelectual de Nelson Schaun (1901–1968). 2023. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2023.
- SANTOS, C. *História de africanos e seus descendentes no sul da Bahia*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022.
- SANTOS, E.; FELGUEIRAS, M.; FERRONATO, C. Educação musical escolar em Portugal: a disciplina canto coral na Primeira República (1910–1926). *Historia de la Educación*, Salamanca, v. 39, n. 1, p. 357–372, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349422008_Educacao_musical_escolar_em_Portugal_a_disciplina_canto_coral_na_Primeira_Republica_1910-1926. Acesso em: 30 ago. 2023.
- SANTOS, M. F. “Assim se faz história, assim deve ser ensinada”: Manoel Bomfim e a instrução histórica no ensino primário (1899–1930). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 28, publicação contínua, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/103025/63411>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- SEGABINAZI, D.; SILVA, A.; OLIVEIRA, V. Os livros de leitura e as ilustrações no Brasil do entresséculos. *Em Aberto*, Brasília, v. 32, n. 105, p. 145–164, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4214>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- SILVA, J. R.; SCHELBAUER, A. R.; MACHADO, M. C. A revista O Ensino (Paraná, 1922–1924): possibilidades interpretativas da história da educação por meio da imprensa. *HISTEDBR Online*, Campinas – SP, v. 22, publicação contínua, p. 1–13, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660008>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- SILVA, M. “Histórias da nossa terra”: sobre o projeto cívico de construção da nação brasileira por meio do impresso. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá – PR, v. 20, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/jVTsVwQQJZxXjwwzpsPcZwD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- SOUSA, J. “Gigante da pena e da palavra”: educação piauiense no discurso Instrução e Civismo de Higino Cunha (1910). *Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 106–120, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/73446>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21–44, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 04 dez. 2025.
- SOUZA, R. F. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890–1976)*. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2009.
- VALLE, L. Educação, nacionalismo, cosmopolitismo: por uma escola pública cosmopolita. *Education Policy Analysis Archives*, Arizona – EUA, v. 27, n. 148, p. 1–19, nov. 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/4556/2344/20657>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- VIEIRA, C. E. Independência, democracia e formação no discurso da Associação Brasileira de Educação: 1927–1945. *Revista História da Educação*, Maringá – PR, v. 25, publicação

continua, p. 1-31, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/heduc/a/cMddrB9vxJKZPPzsVq9jByw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso
em: 10 mai. 2024.